



**PROJETO DE LEI N.º \_\_\_\_\_, DE 2024**

**(Do Senhor Alberto Fraga).**

Acrescenta artigo à Lei nº 7.492, de 16 de julho de 1986, para dispor sobre o crime de simulação de entidade financeira, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta lei acrescenta artigo à Lei nº 7.492, de 16 de julho de 1986, para dispor sobre o crime de simulação de entidade financeira.

**Art. 2º** A Lei nº 7.492, de 16 de julho de 1986, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

*“Art. 24 A Criar ou administrar pessoa jurídica, ainda que de fato, para simular instituição financeira regularmente autorizada a funcionar ou para oferecer prestação de serviço ou produto financeiro, incluindo a intermediação de transferências ou depósitos de valores ou de arranjos de pagamentos ou recebíveis, como se autorizada fosse, mesmo que não caracterizada fraude a terceiros.*

*Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das correspondentes às infrações conexas.*



*§ 1º Na mesma pena incorre quem financia, contribui ou associa-se à pessoa jurídica prevista no caput.*

*§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é cometido por organização criminosa ou por meio digital, ou objetiva fraude a terceiros”.*

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei objetiva contribuir para a prevenção e repressão de fraudes no sistema financeiro, crimes que colocam em risco não somente o patrimônio de terceiros, mas mina a própria confiança no sistema financeiro nacional.

Mostra-se absurdo que pessoas jurídicas, incluindo algumas de fato, sejam criadas para simular instituições financeiras regulamente autorizadas a funcionar. São verdadeiros bancos “falsos” que possuem dois objetivos, 1) a lavagem de dinheiro ou ocultação de valores e suas movimentações das autoridades e de credores, ou 2) a prática massiva de fraudes a terceiros, notadamente por meio digital.

Nessa linha do primeiro caso, recente operação policial demonstrou que uma organização criminosa criou “bancos” para burlar o controle estatal, o que pode ser conferido nesta matéria: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/08/29/pf-diz-que-instituicao-financeira-suspeita-de-fraude-bilionaria-lavava-dinheiro-do-pcc.ghtml> .

No segundo caso, há empresas criadas para simularem instituições financeiras e, após abertura de contas em “fintechs”, com acesso, por exemplo, à Plataforma Centralizada de Recebíveis, se passam por bancos regulares e praticam fraudes contra clientes destes, especialmente no âmbito de financiamentos, utilizando “sites” simulados e aplicativos, com intenso uso de tecnologia, incluindo inteligência artificial. Isso causa enorme prejuízo financeiro à sociedade e atinge o coração do sistema bancário, a confiança.



Enfim, são essas as razões com as quais conclamo a meus pares para apoio, aperfeiçoamento e aprovação deste projeto de lei, como ferramenta para proteger o sistema financeiro nacional, garantindo-lhe a segurança devida e prevenir fraudes aos cidadãos.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 2024.



**Deputado Alberto Fraga**

